


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0025460-23.2012.8.26.0566**

Classe - Assunto **Execução Fiscal -**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 11/03/2014 15:44:10 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

A. M. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS CIDADE ARACY LTDA. opõe exceção de pré-executividade nesta execução fiscal que lhe move a FAZENDA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Trata-se de execução fiscal de IPTUs de 2006/2010. A excipiente alega que não é proprietária do imóvel, faltando-lhe legitimidade passiva.

A excepta (fls. 12/20) sustenta não ser cabível a via processual da exceção de pré-executividade e, no mais, que a excipiente foi a empreendedora do loteamento em que situado o imóvel tributado, daí a sua responsabilidade tributária.

É o breve relato. Decido.

A exceção de pré-executividade deve ser conhecida, pois alegada matéria de ordem pública, cognoscível *ex officio* pelo juiz – ilegitimidade passiva.

A excipiente nunca foi proprietária do imóvel, como observamos pela matrícula originária (fls. 59/60) e aquela aberta em razão da individualização do lote em matrícula (fls. 08).

Quanto ao mais, a excepta apresentou informação da Divisão de Cadastro Imobiliário (fls. 21) no sentido de que desde 1992 o loteamento foi aberto e disponibilizado à população, e a partir de 1999 houve o cadastro lote a lote, para o lançamento individualizado dos IPTUs. O registro imobiliário do loteamento (até então irregular) deu-se em 2005.

Tal conjunto de circunstâncias evidencia que, à época dos fatos geradores discutidos nos autos (2004/2005), a excipiente não era contribuinte do IPTU, pois não possuía domínio útil, posse ou propriedade do imóvel, quer dizer,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

não tinha disponibilidade econômica sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Por outro lado, também não era responsável tributária pelo IPTU, ausente fundamento legal para tal responsabilização (arts. 134 e 135, CTN, e legislação municipal).

O fato de ter, no passado, sido a empreendedora do loteamento, não atrai a sua responsabilidade para momento posterior, no qual não exercia poderes de proprietária, de domínio útil ou de posse, em razão da ausência de fundamento legal para tanto.

Ante o exposto, **ACOLHO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** para, em relação à executada **A. M. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS CIDADE ARACY LTDA.**, julgar extinto o processo de execução fiscal, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI do CPC, **EXCLUINDO-A** do pólo passivo da execução, e **CONDENANDO** a excepta em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios arbitrados, por equidade, em R\$ 500,00.

Nos autos principais, prossiga-se cumprindo-se a decisão de fls. 55, último parágrafo dos presentes.

P.R.I.

São Carlos, 11 de abril de 2014.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--